

“Não acredito que criar uma receita vinculada à saúde ampliará os recursos para a área”. A afirmação é do ministro da Saúde, Ricardo Barros, sobre a recriação da CPMF.

“De minha parte, não patrocinarei um financiamento exclusivo para a saúde”, garantiu. “Com boa gestão, vamos fazer muito mais com o mesmo”, afirmou, em almoço-debate, promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), nesta segunda-feira, no Hotel Grand Hyatt, na capital paulista, que reuniu 404 CEOs, presidentes e outras lideranças da iniciativa privada.

Barros citou entre as metas do ministério melhorar a gestão e financiamento, interligar via informatização todas as esferas de gestão do SUS (federal, estadual e municipal), intensificar a participação de brasileiros no Mais Médicos, incorporar novas tecnologias sem aumentar os custos assistenciais, oferecer qualificação permanente aos profissionais da saúde e fortalecer ações de prevenção de doenças e promoção da saúde, a fim de evitar ou combater sedentarismo, obesidade e enfermidades. Ele também quer conceder a empresas especializadas a logística de distribuição de medicamentos para todo o SUS e adotar métricas para avaliar a qualidade e eficiência do trabalho do servidor público.

Sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área farmacêutica, o ministro disse que pretende especializar as plataformas dos laboratórios, a fim de que todos tenham escala e capacidade de absorver tecnologias, dando preferência para os mais inovadores, e não só fabricar para o público interno, mas também exportar medicamentos feitos no Brasil para outros países.

Durante o debate, lideranças empresariais questionaram o ministro sobre a proposta, por ele defendida, de criação de planos de saúde mais baratos, mas com menos serviços de atendimento obrigatórios. Segundo Barros, o acesso a convênios mais baratos pode ajudar a ampliar o número de beneficiários de saúde suplementar, reduzir a demanda do SUS e, conseqüentemente, dar maior folga de recursos para financiar o atendimento na rede pública.

Outro tema debatido foi a judicialização que afeta não somente o setor público, mas também o mercado de planos de saúde – os prejuízos decorrentes de ações judiciais contra o SUS chegaram a R\$ 5 bilhões no ano passado e, neste ano, devem atingir R\$ 7 bilhões, segundo o ministro.

Fonte: [Monitor Mercantil](#), em 09.08.2016.